

## A resistência nunca esmorece

Andrea Maila Voss Kominek  
E-mail: akominek@utfpr.edu.br  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Claudia Nociolini Rebechi  
E-mail: claudiarebechi@utfpr.edu.br  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Nanci Stancki da Luz  
E-mail: stancki@utfpr.edu.br  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Nos últimos quatro anos, período do governo Bolsonaro, houve um avanço assustador das desigualdades sociais no Brasil. Os direitos da classe trabalhadora, ainda em processo de construção, foram constantemente ameaçados. Os direitos das mulheres, da população negra, dos povos originários e da população LGBTQIAPN+ sofreram retrocessos. Além de um ataque frontal, com grande potencial destrutivo à ciência e à educação. A perfeita execução de um verdadeiro projeto de necropolítica.

A violência se ampliou e deixou marcas por onde passou. O ódio não poupou nem mesmo os espaços educacionais. Os ataques a escolas passaram a figurar nas manchetes dos jornais brasileiros e gerar inseguranças para a comunidade escolar. O racismo se sentiu confortável e se explicitou sem cerimônias. O feminicídio, expressão de uma sociedade machista e que desvaloriza a vida das mulheres, foi alimentado por discursos misóginos e facilidades, como o fácil acesso às armas. Vidas que poderiam ser vividas foram ceifadas, sonhos interrompidos e o futuro de uma sociedade comprometido.

Retrocessos nas políticas públicas contribuíram para que a fome voltasse a assombrar os lares brasileiros. Enquanto o meio ambiente se consumia em chamas e pelo descaso, minguavam os investimentos na educação, na ciência e na tecnologia. Políticas na área educacional não avançaram para a melhoria na qualidade de ensino e a valorização de educadoras e educadores. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, por exemplo, enfraqueceu o modelo democrático educacional, impactando negativamente sobre o direito à educação.

Reverter esse quadro de retrocessos nas políticas sociais e no avanço do conservadorismo no país constitui um grande desafio e exigirá muito tempo, trabalho e dedicação.

Se os ataques foram graves, em igual medida, cresceram os movimentos de resistência. Muito se escreveu, militou, trabalhou, lutou. A resistência foi se fortalecendo e tornando-se essencial para manter acesa a chama da esperança. A Educação resistiu. A Ciência e a Tecnologia resistiram. E esta resistência nos possibilitou retomar a vida.

O Brasil começa a se reconstruir, de forma democrática e inclusiva. Voltamos, enquanto país, a ter protagonismo no cenário internacional. Ao mesmo tempo, as políticas para a igualdade social são retomadas.

Importantes medidas para combater a violência de gênero e para garantir mais proteção à vida e à dignidade de todas as mulheres brasileiras foram anunciadas, em 8 de março de 2023, pelo Governo Federal. A principal política anunciada, na área da segurança, refere-se à volta do programa “Mulher Viver sem Violência” que tem como propósito aprimorar os serviços públicos a favor das mulheres no contexto de violência.

Também neste ano de 2023, o presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.611, que determina a igualdade salarial entre homens e mulheres, considerada um instrumento que valoriza a participação feminina no mercado de trabalho e contraria a discriminação de gênero.

A nova legislação prevê medidas fundamentais para que o mercado de trabalho seja mais justo às mulheres, tal como o fomento à capacitação e formação de mulheres para o ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens.

As questões ambientais também voltam a ser tema de relevância no país, mesmo que muito ainda seja necessário avançar com ações concretas, para além dos midiáticos discursos retóricos.

Recupera-se o diálogo do governo com a comunidade científica e acadêmica, retirando-nos do abismo da negação da ciência e do obscurantismo que nos roubava o futuro, ao passo que cedia espaços para o avanço do fascismo e da morte. Retoma-se também o diálogo entre governo federal e trabalhadoras e trabalhadores do campo, particularmente com a agricultura familiar, base econômica de grande número de municípios e produtora da maior parte dos alimentos consumidos no país.

A resistência esteve presente nas organizações sindicais, nos movimentos populares, e nas ações de quem seguiu lutando e acreditando nas mudanças. A resistência esteve presente nas ações de ensino, pesquisa e extensão das universidades e nas publicações científicas que democratizam o acesso aos estudos científicos. Nesta perspectiva, apresentamos a Edição 47 dos Cadernos de Gênero, que muito nos alegra e orgulha, como prova e resultado desta resistência.

Esta edição traz temas de grande relevância social, dentre os quais, a perspectiva de gênero nas ciências, na literatura e nas artes; a invisibilidade e o silenciamento da mulher nas relações de trabalho; as relações raciais e a interseccionalidade; dentre tantos outros.

A pessoa leitora terá a oportunidade de conhecer os seguintes estudos publicados nesta edição: (1) Igualdade de gênero nos cursos de Tecnologia da Informação do CEFET-MG; (2) Abrindo a caixa-preta das Ciências Exatas e Tecnológicas: perspectivas e desafios para a igualdade de gênero; (3) Marcas de gênero nas narrativas de mulheres cientistas no Continente Antártico: discriminações, preconceitos e violência; (4) HackGirls: maratona tecnológica como ação de inclusão social e de gênero para meninas de comunidades no Brasil; (5) Entre a dor e delícia de viver em home office: os desafios vivenciados por mulheres casadas, mães e que passaram a trabalhar de forma remota no período da pandemia da Covid-19; (6) Entre a casa e a sala de ordenha: a dupla jornada de trabalho de mulheres na produção leiteira no sul catarinense; (7) Mulheres-Maria e mulheres feministas: um estudo sobre a história feminina e sua evolução; (8) Da retribuição à assertividade: relato de experiência acerca de um Grupo de Reflexão para Homens Autores de Violência Doméstica; (9) Mulher, raça, ciência e livro didático: leitura feminista interseccional do caso de Henrietta Lacks; (10) #JusticiaParaAlejandra no TikTok: uma leitura a partir das contribuições teóricas de Nancy Fraser; (11) Percepções e vivências de gênero na formação superior em gastronomia; (12) Arbitrariedades do patriarcado: o apagamento da mulher pelo

genérico masculino; (13) Análise da representação de mulheres negras na exposição “Vestidos em Arte: os nus nos acervos públicos de Curitiba”; (14) Meninas e mulheres autistas: completar o espectro é uma questão de gênero; (15) Ser mulher na sociedade brasileira e (16) O discurso oficial e o silenciamento de mulheres insubmissas: de Antígona a Marielle.

Este número traz ainda uma entrevista com Carol Dartora que foi a primeira vereadora negra de Curitiba e primeira mulher negra a ser eleita deputada federal pelo estado do Paraná. Seu depoimento constitui, em si, uma reverência ao papel da ciência e da academia na vida das pessoas, em especial das mulheres negras, como instrumento de resistência, luta e amor.

Convidamos para uma leitura repleta de histórias, desafios, conquistas e esperança. Esperança do verbo esperar, como ensinou Paulo Freire, esperança enquanto ação política. Ou como diz Conceição Evaristo, que nossas escrituras não sejam lidas como histórias de ninar os da casa grande, e sim, atormentá-los em seus sonos injustos.

Boa leitura!

**Recebido:** 22/07/2023

**Aprovado:** 27/07/2023

**DOI:** 10.3895/cgt.v15n46.16188

**Como citar:** KOMINEK, Andrea Maila Voss; REBECHI, Claudia Nociolini; LUZ, Nanci Stancki da. A resistência nunca esmorece. **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p 1-4, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

